

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Notas](#) 2

Folha de S. Paulo

[Título: Projeto de privatização da Eletrobras pode ir ao Congresso até amanhã](#) 10

Valor Econômico

[Título: Atraso em solução para o risco hidrológico ameaça investimento](#) 14

[Título: Projeto da Eletrobras está na reta final, afirma Moreira](#) 16

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Notas 2

Título: Boa viagem a trabalho 3

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 4

Título: Leilões de energia elétrica atraem investimentos de R\$ 40 bilhões 4

Título: PetroRio avalia PetroAfrica, da Petrobrás e BTG Pactual 5

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Sensores evitam panes e melhoram gestão de rede elétrica	6
Título: Eletrobras avalia transferir dívida à União.....	7
Título: Leilões de energia geram R\$ 27 bi de investimentos	9
Título: Projeto de privatização da Eletrobras pode ir ao Congresso até amanhã.....	10
Título: Corredor de recarga permite viagem com carro elétrico	11
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Após dois anos em queda, consumo de combustível volta a crescer em 2017	13
Título: Atraso em solução para o risco hidrológico ameaça investimento	14
Título: Projeto da Eletrobras está na reta final, afirma Moreira.....	16
Título: State Grid antecipa linha de Belo Monte.....	18
Título: Leilão inclui gás do pré-sal e retoma presença de eólicas.....	19
Título: Plano de negócios da Petrobras deve manter diretrizes	21

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Notas

Aposta na recuperação

No **Ministério das Minas e Energia**, a explicação para o sucesso da rodada de leilões passa pela retomada econômica. As distribuidoras, que recebem a energia, estão esperando um crescimento maior da demanda nos próximos anos. Isso levou as geradoras a apresentarem mais projetos, conquistando novas formas de financiamentos. Os preços caíram (veja o gráfico). Em 2015, a eólica foi contratada a R\$ 203 MWh.

Grupo seletivo

A concorrência acirrada e a expectativa de melhora na economia derrubaram os preços das novas fontes de energia renováveis nos leilões desta semana. A fonte eólica foi contratada a R\$ 98 por MWh, desconto de 65% sobre o teto. O Brasil entra no seleto grupo de países que contratam renováveis a menos de US\$ 40, conta Adriano Pires, da consultoria CBIE. A energia solar ficou próxima

desse patamar, a R\$ 144 o MWh. A produção de pequenas hidrelétricas custou mais, R\$ 219. O leilão vai viabilizar a construção de 49 parques eólicos. No total, serão investidos R\$ 18 bilhões. Só o Nordeste vai receber projetos de R\$ 12 bilhões, todos de novas fontes renováveis. Em quatro anos, as distribuidoras começarão a receber a energia contratada agora.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Arthur Repsold

Título: Boa viagem a trabalho

Rio precisa apostar no turismo de negócios.

A economia do Rio de Janeiro não irá prosperar se focar só no turismo de lazer. A cidade precisa ser vista como centro de negócios, destino agradável e alegre, e não apenas como um belo litoral com festas. São os eventos de negócios que atraem mais recursos e geram um número maior de empregos. Por isso, devem ser prioridade em qualquer plano de recuperação. Aliás, não é preciso escolher entre um e outro, pois são — e devem ser sempre — complementares. (...)

Para se ter uma ideia do impacto, apenas a edição 2014 da feira Rio Oil & Gas, promovida pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, foi responsável pelo aumento de R\$ 200 milhões no PIB do Rio. Apenas com esse evento, foram arrecadados R\$ 22 milhões em impostos indiretos líquidos na cidade; e gerados mais de 4,2 mil empregos.

A relevância do público corporativo também pode ser medida em número de viagens aéreas. Em 2016, cerca de 60% dos 109,5 milhões de passageiros transportados em voos domésticos e internacionais tinham como motivo principal a realização de negócios. Ou pelo fato de o turismo de negócios no Brasil ser responsável por 60% do faturamento de todo o setor.

Pela vocação natural e, principalmente, por sempre ter investido nesse mercado, São Paulo é o líder disparado no Brasil, movimentando mais de R\$ 16 bilhões por ano. Enquanto o Rio fica com menos de R\$ 4 bilhões. A cidade tem condições de crescer muito nesse segmento, pois tem hoje a melhor infraestrutura para eventos do país, com espaços modernos e versáteis para receber convenções, congressos, feiras de negócios e de público, festas corporativas etc. Já a rede hoteleira é a mais moderna do país e tem preços muito competitivos, justamente devido à crise.

Mas não basta ter tudo isso e não ter um trabalho de captação de eventos proativo e estratégico pensando não apenas no momento presente, mas em

uma construção sólida para o médio e longo prazo. Afinal, grande parte dos eventos desse segmento é fechada com anos de antecedência. O primeiro passo foi dado, com a união de governos, entidades civis e do empresariado em prol de um calendário de eventos (Rio de Janeiro a Janeiro) para a cidade. Agora, tem-se que debater como priorizar o que vai realmente garantir a sustentabilidade econômica do Rio, que é o mercado de eventos de negócios. É preciso ser estratégico e buscar uma recuperação consistente.

Arthur Repsold é conselheiro da Comissão de Turismo da Associação Comercial do Rio

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Leilões de energia elétrica atraem investimentos de R\$ 40 bilhões

Empreendimentos. Governo promoveu neste ano quatro disputas, com forte presença de empresas privadas, especialmente estrangeiras, como chinesas e indianas; participação de estatais nos leilões de transmissão caiu de 34% para 1% nos últimos dois anos.

Sem a tradicional presença das estatais, os leilões de energia elétrica conseguiram contratar neste ano quase R\$ 40 bilhões de investimentos com a iniciativa privada. Esse montante está dividido em projetos de geração e transmissão de eletricidade, espalhados pelo País inteiro. Em um ano marcado pelo baixo volume de investimento, a cifra traz uma perspectiva positiva para o setor de infraestrutura, cujo volume de recursos aplicados despencou para o menor patamar das últimas duas décadas.

Neste ano, quatro leilões de energia foram realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel): dois de transmissão e dois de geração. O último ocorreu ontem e envolveu investimentos de quase R\$ 14 bilhões em 63 empreendimentos de geração. A boa notícia é que a disputa foi acirrada e conseguiu deságios médios de até 54,6%, como ocorreu no leilão realizado segunda-feira. Na prática, isso significa menor preço da energia para o consumidor brasileiro. Para se ter ideia, no leilão de ontem, o preço médio das eólicas foi de R\$ 98,62 o MWh – mais baixo que preço da Usina de Belo Monte.

O setor eólico foi um dos mais ativos ontem já que não participava de disputas desde novembro de 2015. Sem novas contratações, as fábricas de equipamentos estavam com alto nível de ociosidade e precisavam de novos empreendimentos. A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, explica que a forte presença das eólicas no último

leilão reflete questões conjunturais, como a queda do custo do capital, além de melhorias na tecnologia de produção dos equipamentos.

Para o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso, a disputa foi reflexo de um preço teto correto que criou as condições de competição, da qualidade dos projetos e da engenharia financeira que os investidores trabalharam. Ao contrário do que ocorreu no passado, com a forte presença das estatais, algumas vezes acusadas de distorcer os preços, neste ano, os leilões foram dominados por investidores privados, em especial estrangeiros.

Alguns já atuam no País há alguns anos, como Iberdrola, EDP e Enel. Outros, como os chineses e indianos, estão há menos tempo por aqui, mas demonstram forte apetite pelo setor. Um trabalho feito pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ mostra que, só nos leilões de transmissão, a participação do poder público caiu de 34% no período de 2013/2015 para 1% em 2016 e 2017. Neste ano, os projetos de transmissão atraíram investimentos de R\$ 21 bilhões.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, os bons números dos leilões de 2017 são exemplo de que quando as regras são claras e os números realistas, a competição ocorre. "Isso nos dá conforto de que não estamos contratando além do necessário, como no passado", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: PetroRio avalia PetroAfrica, da Petrobrás e BTG Pactual

APetroRio, que tem Nelson Tanure como acionista, está na disputa pela compra da participação da Petrobrás e do BTG Pactual na PetroAfrica. O ativo é avaliado em mais de US\$ 1 bilhão e tem estimativa de produção de 50 mil barris/dia de óleo superleve, de maior valor comercial. Para auxiliar no processo, a PetroRio teria contratado como assessor financeiro o Riza Capital, de Marcos Gonçalves, ex-banqueiro da alta cúpula e ex-chefe da área de fusões e aquisições (M&A) do BTG. Fundos dos Estados Unidos e Europa já demonstraram interesse em parcerias para um eventual consórcio com a petroleira. Neste ano, a Petrobrás incluiu a PetroAfrica em seu plano de desinvestimento. Tanure passou a ser acionista da PetroRio na reestruturação da empresa, até então HRT. O investidor é representado com uma participação de 10% na petroleira pelo fundo Société Mondiale, que também é acionista da Oi. Helio Costa, atualmente membro do conselho da Oi e ligado a Tanure, é presidente do conselho da PetroRio. Procurada, a PetroRio não comentou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: MARCELO SOARES BELISA FIGUEIRÓ****Título: Sensores evitam panes e melhoram gestão de rede elétrica**

Tradicionalmente, o "sensor inteligente" usado por empresas de energia elétrica é o usuário, que liga para reclamar quando falta luz. Com a infraestrutura conectada, sensores eletrônicos detectam potenciais problemas para que sejam resolvidos antes de a pane ocorrer.

"A logística de deixar queimar para ir trocar não é o mais eficiente. Trocar muito cedo também é ruim", diz Carlos Eduardo Pereira, diretor de inovação da Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial).

"Com um sistema de análise de dados, você consegue detectar potenciais falhas no momento ótimo de troca de lâmpadas e otimiza a logística de pessoal e veículos", diz.

Divulgação

Sibylle Muller, da AcquaBrasilis, em empreendimento com sistema de reúso, em São Paulo

Poste inteligente instalado no campus da Inatel, em Minas Gerais, com sensor de presença

A Embrapii, organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, foi criada em 2013 e já assinou 42 parcerias com unidades de pesquisa.

Seis projetos envolvem sistemas de iluminação pública, mas nenhum deles ainda chegou à fase de conclusão.

Há 75 postes inteligentes em período de testes no campus da Inatel, em Santa Rita do Sapucaí (MG). O consumo de energia é monitorado remotamente, e um sensor de presença liga ou desliga a luz, poupando energia.

Em Campinas, está sendo desenvolvido um sistema de telegestão para controle de luminárias; na Bahia, outros postes inteligentes vêm sendo desenvolvidos.

Pelo modelo da Embrapii, as empresas conveniadas arcam com um terço dos custos do projeto, a fomentadora traz até um terço de recursos públicos e o parceiro de pesquisa entra com o terço restante na forma de mão de obra.

"Temos contratados mais de 375 projetos, com mais de R\$ 600 milhões aplicados –48% são recursos de empresas", diz Pereira.

DRONES

Num passo intermediário entre o telefonema e o sensor inteligente, algumas distribuidoras de energia contratam empresas que adotam drones na inspeção de torres.

Embora apresentem vantagens em relação ao uso de técnicos que escalem antenas, os drones só voam quando "convocados". Os sensores ficam ligados o tempo inteiro, enviando sinais sobre o desempenho de partes relevantes do equipamento.

De olho no mercado das cidades inteligentes, as empresas de telefonia celular passaram a oferecer serviços além da própria conexão.

O poste da rua, tradicionalmente usado para iluminação e conexão dos fios dos variados serviços, acaba virando um ponto para sensores, incluindo câmeras. No Rio, a TIM instalou 300 postes inteligentes que podem monitorar o tráfego ou o movimento de pessoas. Em São Paulo, projeto semelhante deve ser desenvolvido em 2018.

Em Resende (RJ), em um projeto-piloto, a empresa instalou câmeras nas unidades de saúde locais para monitorar o fluxo de pessoas. As imagens são processadas e o movimento é quantificado. Por meio de um aplicativo, os usuários poderão verificar qual unidade de saúde tem a fila menor e comparar o tempo de espera ao de deslocamento, caso a melhor opção esteja longe de casa.

"Isso vai melhorar a gestão da cidade, o prefeito poderá saber qual unidade precisa de mais médicos e se a quantidade de remédios e insumos é suficiente", diz Luis Minoru Shibata, vice-presidente de estratégia e inovação da TIM Brasil.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: TAÍS HIRATA - DE SÃO PAULO

Título: Eletrobras avalia transferir dívida à União

Débitos são referentes às distribuidoras e somam ao menos R\$ 19,7 bi, mas a expectativa é que o valor seja maior

Conselho da estatal de energia irá decidir sobre o tema em assembleia-geral no dia 28 de dezembro

O conselho da Eletrobras já admite a possibilidade de liquidar suas seis distribuidoras, caso o processo de venda que hoje está em curso não seja bem-sucedido. Nesse caso, a dívida bilionária das empresas não será absorvida pela estatal, mas pela União.

O volume total desses débitos ainda está sendo calculado, mas a expectativa é que seja consideravelmente maior que os R\$ 19,7 bilhões já anunciados. Segundo uma fonte a par do assunto, só a Amazonas Distribuidora teria um passivo de aproximadamente R\$ 18 bilhões. A possibilidade de liquidação será discutida na assembleia geral extraordinária da Eletrobras, marcada para o dia 28 de dezembro.

A ideia seria utilizar uma lei de dissolução de entidades públicas federais, criada em 1990, durante o governo de Fernando Collor. A legislação prevê que a União assumira os direitos e obrigações das empresas liquidadas.

BRIGA NA JUSTIÇA

Caso essa possibilidade se concretize, no entanto, haverá uma batalha judicial para definir com quem ficariam os débitos bilionários. No entendimento da CGU (Consultoria-Geral da União), caso a Eletrobras opte pela dissolução das distribuidoras, não haveria justificativa legal para que a União absorvesse a dívida, pois seria uma decisão exclusivamente empresarial.

O parecer foi dado após uma consulta feita pela estatal, na semana passada, sobre o tema, sem caráter vinculante — o que significa que o conselho terá liberdade para tomar a decisão sobre a liquidação. Segundo o órgão, "é totalmente inaplicável" a hipótese de o governo assumir sozinho a dívida em caso de dissolução, que seria uma "medida de desinvestimento da Eletrobras, sem participação da União", diz o relatório.

O argumento é que qualquer mudança na modelagem de desestatização precisaria ser definida pelo comitê do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). Esse órgão do governo federal tem autoridade legal para determinar a forma de venda das empresas e em nenhum momento previu a possibilidade de liquidação no processo.

ENTRAVE

A dívida tem sido um dos maiores entraves para a venda das distribuidoras — o primeiro passo para a privatização da estatal de energia.

Analistas avaliam que a transferência da dívida beneficiaria acionistas minoritários — já que a União, atual controladora da Eletrobras, arcará direta ou indiretamente com parte dos débitos de qualquer forma — e agradaria investidores interessados em assumir a operação das empresas, que assumiriam ativos completamente "limpos".

A ideia inicial era que a Eletrobras assumisse os débitos, o que a controladora rechaçou por avaliar que a empresa não teria capacidade financeira e que o processo posterior de privatização seria prejudicado.

Nesta semana, a empresa prorrogou mais uma vez o prazo de venda das empresas para 31 de julho. São elas a Amazonas Distribuidora, a Eletroacre, a Ceron (de Rondônia), a Boa Vista Energia (Roraima), a Ceai (Alagoas) e a Cepisa (Piauí).

Procurada, a Eletrobras afirmou, em nota, que irá deliberar sobre o tema no dia 28, com posterior divulgação das decisões via comunicado ao mercado e fato relevante.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Leilões de energia geram R\$ 27 bi de investimentos

DE SÃO PAULO- Os três leilões de energia realizados nos últimos dias deverão gerar cerca de R\$ 27 bilhões de investimentos. Ao todo, foram contratados 11 lotes de linhas de transmissão e subestações, além de 88 usinas geradoras de energia — principalmente térmicas movidas a gás natural, eólicas e solares.

Os certames foram marcados por uma forte concorrência e pela presença de grandes grupos internacionais, o que gerou altos deságios — de 40,46%, no caso das transmissoras, de 54,6%, no primeiro leilão de geração, e de 38,7%, no segundo, realizado nesta quarta-feira (20). Com os descontos, as fontes solar e eólica atingiram seus menores níveis de preço em leilões já feitos no país.

Uma das causas dos valores competitivos foi a maior diversificação do financiamento dos projetos. Grande parte dos vencedores teve acesso a crédito estrangeiro e recursos de fundos. "Houve uma criatividade maior das empresas. Não se basearam só em financiamento de longo prazo do BNDES", disse Luiz

Barroso, presidente da EPE (estatal responsável pelo planejamento do setor de energia no país).

Além disso, os próprios editais já traziam exigências para evitar novos casos de projetos não entregues dentro do prazo, o que pode ter afastado empreendedores menores. "O edital foi aprimorado para evitar problemas do passado", disse Igor Walter, diretor do Ministério de Minas e Energia.

Houve também o fator concorrência, principalmente no caso dos leilões de geração. Após quase dois anos sem contratação de novas usinas, as empresas acumulavam uma grande quantidade de projetos na gaveta.

A avaliação é que os certames deram algum alívio às companhias, mas não foram suficientes para desovar todo o estoque. No caso de usinas solares, foram contratados 20 empreendimentos, de um total de 574 cadastrados. No segundo leilão, em que venceram 63 projetos, haviam mais de mil inscritos.

"O importante é a sinalização de retomada dos investimentos, que passaram a uma curva positiva. Agora, a intensidade dessa retomada ainda não é certa", afirmou Elbia Gannoum, presidente-executiva da Abeeolica, que representa o setor.

O governo já planeja novos leilões em 2018. O primeiro ocorrerá em abril, para usinas geradoras. Até março deve ser conhecido o calendário completo, segundo Barroso, da EPE. (tais hirata)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Projeto de privatização da Eletrobras pode ir ao Congresso até amanhã

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, afirmou nesta quarta-feira (20) que o projeto de lei que permitirá a privatização da Eletrobras poderá ser enviado ao Congresso até esta sexta-feira (22).

A receita com a venda da estatal, cerca de R\$ 12 bilhões, já está prevista no Orçamento da União de 2018.

Sem dar detalhes, Moreira Franco disse que as divergências entre os Ministérios da Fazenda, Planejamento e de **Minas e Energia** foram superadas e que o projeto está pronto na Casa Civil para ser enviado ao Congresso.

Segundo integrantes do governo que participaram das discussões, nos últimos dias houve acordo sobre dois dos pontos mais controversos.

O primeiro deles era o que definia como seria a divisão dos recursos resultantes da privatização da estatal. No projeto original, haveria uma divisão em três terços iguais. Um deles iria para a União, outro, para a Eletrobras, e o último, para uma conta específica destinada ao abatimento das contas de luz.

Na versão final que irá ao Congresso, um terço irá para a conta específica e outros dois terços serão rateados posteriormente porque há ainda acertos entre Tesouro e Eletrobras que precisarão ser feitos antes disso.

Outro impasse foi a escolha do presidente do conselho de administração da companhia. O governo queria fazer a indicação, mas isso também foi modificado porque retiraria valor de mercado da Eletrobras -a avaliação é que o governo continuaria interferindo na gestão. Na nova versão, a companhia decidirá o nome.

USINAS ANTIGAS

O projeto também garantirá que a "nova Eletrobras" libere suas usinas mais antigas para vender energia no mercado livre. Hoje, elas são subsidiadas pela União e a tarifa é definida.

Para usufruir desse direito, terão de pagar outorga -o valor ainda será calculado depois da aprovação do Congresso. Os recursos envolvidos nessa transação sairão da própria venda da Eletrobras.

A partir de agora, o governo negociará com o Congresso para que o projeto seja aprovado até o fim do primeiro trimestre. A ideia é que, no início de abril, a proposta de privatização seja encaminhada ao conselho de administração da Eletrobras, que, então, fará uma emissão primária de ações.

O governo não vai acompanhar esse processo e, dessa forma, sua participação acionária será reduzida de 63% para algo em torno de 40%. O controle da companhia será diluído, mas o governo manterá uma ação especial que dará poder de veto em determinadas questões estratégicas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: EDUARDO SODRÉ COLUNISTA DA FOLHA

Título: Corredor de recarga permite viagem com carro elétrico

As montadoras têm anunciado planos grandiosos rumo à eletrificação de seus veículos, tema que interessa também às concessionárias de energia. São essas empresas que estão investindo em corredores de recarga no Brasil, de olho no futuro.

A BMW, que é pioneira no segmento de carros elétricos no Brasil, ajusta os últimos detalhes para a instalação de eletropostos ao longo da rodovia Presidente Dutra.

O objetivo é possibilitar uma viagem sem medo de ficar parado no meio do caminho. Atualmente, a autonomia rodoviária de um carro elétrico como o modelo BMW i3 é de aproximadamente 150 quilômetros.

A iniciativa é feita em parceria com a empresa de energia portuguesa EDP. Os seis primeiros pontos de recarga serão instalados em postos de combustível da rede Ipiranga até o fim do primeiro trimestre de 2018. O investimento é de R\$ 1 milhão.

Segundo João Veloso, diretor de comunicação da BMW do Brasil, será possível carregar 80% da bateria em cerca de 20 minutos.

"Não teremos um ponto exclusivo para carros da nossa marca, haverá plugues compatíveis com modelos de outras montadoras", afirma Veloso. Métodos de cobrança ou benefícios para proprietários dos elétricos BMW ainda não foram divulgados.

Outras estradas que já possuem boa infraestrutura estão nos planos de expansão da montadora alemã. Rodovias que ligam São Paulo a cidades do interior devem ser as próximas a receber um corredor elétrico de recarga

Hoje, a CPFL Energia já conta com dez eletropostos públicos na região de Jundiaí e Campinas, no interior paulista. Além de tomadas em shoppings e na sede da empresa, há pontos em postos da rede Graal nas rodovias Anhanguera e Bandeirantes. O corredor permite recarregar o carro em uma viagem de ida e volta a São Paulo.

FROTA CARA

Até 2019, o Brasil terá ao menos quatro carros elétricos de porte médio ou compacto. Além do i3, chegarão o Volkswagen e-Golf, o Chevrolet Bolt e o Nissan Leaf. Mesmo com mais incentivos a esses carros não poluentes, os valores não devem ser inferiores aos R\$ 160 mil pedidos pelo modelo da BMW.

A barreira do preço segura a expansão do segmento, dando tempo para adequar o fornecimento de energia.

De acordo com Tatiana Bruce, pesquisadora da FGV Energia, a demanda por eletricidade não seria tão alta quanto o especulado. Sua conclusão é baseada no Relatório de Mobilidade Elétrica elaborado pelo Gesel (Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

"Quando os carros 100% elétricos forem parte significativa da frota brasileira, a tecnologia e a regulação do setor terão evoluído de forma que recargas desordenadas, que elevariam perigosamente a demanda de pico, não serão a norma", explica Tatiana Bruce, por meio de nota.

Segundo estudo da CPFL, se o Brasil tiver 10% da frota composta por veículos elétricos em 2030, o impacto das recargas na rede de energia será de, no máximo, 1,6% de acréscimo sobre a demanda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Após dois anos em queda, consumo de combustível volta a crescer em 2017

Após dois anos seguidos de retração, o mercado brasileiro de combustíveis entrou novamente na rota do crescimento e caminha para fechar o ano com uma alta de 0,5% nas vendas de diesel e de 1,4% no ciclo Otto (veículos leves, que consomem gasolina e/ou etanol). Para 2018, a expectativa é que o consumo, como um todo, cresça "pelo menos 2%", disse o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), Leonardo Gadotti Filho.

Estudo elaborado pela consultoria Strategy&, da PwC, indica que o mercado brasileiro entrará numa curva de crescimento nos próximos anos e projeta que as vendas de combustíveis (diesel, gasolina, etanol e biodiesel) deverão crescer 58% entre 2016 e 2030, para 177 bilhões de litros, puxadas sobretudo pelo aumento do consumo de biocombustíveis - necessário para cumprimento das metas de redução de emissões da COP-21.

"Estamos otimistas para o ano que vem. O combustível reage rápido a mudanças na economia. Sempre largando com o diesel, puxado pelo consumo no transporte e indústrias, seguido pelo Ciclo Otto, com o aumento das rendas das famílias", disse Gadotti.

A Strategy& estima que o crescimento do mercado exigirá, num cenário base, até 2030, investimentos de R\$ 75 bilhões a R\$ 80 bilhões no aumento da capacidade de produção dos combustíveis; mais R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões em infraestrutura.

Segundo Gadotti, diante dessa necessidade de investimentos, há um senso de urgência na criação de um ambiente regulatório atrativo para a entrada de novos agentes. Caso contrário, sem novas refinarias e investimentos em infraestrutura para importar, o país pode enfrentar entraves no abastecimento, sobretudo diante da sinalização da Petrobras, principal empresa do setor, de que reduzirá seu protagonismo no mercado. "Precisamos antecipar o ambiente regulatório para suportar [os investimentos necessários]", alertou Gadotti.

O executivo comenta que os passos tomados pelo governo, na estruturação de um novo marco regulatório, e pela Petrobras, a partir da definição de uma política de preços para os combustíveis, "estão na direção correta". "Mas precisam ser validados pelo próximo governo que vem aí. O primeiro ponto [para atração dos investimentos] é a previsibilidade, se a liberdade de mercado que está sendo construída no setor vai permanecer. Para isso regulação e legislação têm que ser fortes o suficiente para trazer segurança jurídica", avalia.

Ele destaca que o setor precisa de uma regulação "muito bem arrumada e implementada" e que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) terá um protagonismo nesse sentido.

Em meio às discussões sobre o novo marco regulatório do setor, Gadotti anunciou que o Sindicom deixará, a partir de janeiro, de ser um sindicato patronal, para se tornar uma associação. Rebatizada de Plural, a entidade passará a representar não só o setor de distribuição de combustíveis e lubrificantes como também atuará na promoção de discussões regulatórias e legislativas ligadas aos segmentos de logística e abastecimento.

Entre os temas prioritários defendidos pelo setor, estão questões tributárias (hoje existe uma disparidade muito grande de alíquotas de um Estado para outro); além de mais celeridade no licenciamento e ajustes no marco regulatório dos portos, que, na avaliação do executivo, tem sido insuficiente para atrair investimentos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Atraso em solução para o risco hidrológico ameaça investimento

O atraso na publicação da Medida Provisória (MP) que vai resolver o problema das dívidas bilionárias que as hidrelétricas têm por conta da exposição ao déficit na geração de energia está preocupando grandes empresas do setor, colocando em risco inclusive novos investimentos. Segundo Eduardo Sattamini, presidente da Engie Brasil Energia, a maior geradora privada do país, a ausência da

publicação da MP pode provocar um "colapso" no setor, com a insolvência e quebra de várias companhias.

Na sexta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) cassou liminar que protegia os integrantes da Abragel, associação formada principalmente por pequenos geradores hídricos, da exposição ao GSF (sigla em inglês para o fator de ajuste da garantia física das usinas). Com isso, o governo pretende derrubar todas as outras liminares, acabando com a guerra judicial que já trava quase R\$ 6 bilhões no mercado livre de energia.

Isso, porém, não reduz a necessidade da MP, dizem empresários, que chegaram a enviar uma carta, por meio de associações, ao ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, solicitando a publicação do texto.

Para o presidente de uma grande companhia do setor, que falou sob a condição de anonimato, caso o governo prossiga com a estratégia e derrube as liminares sem a MP, isso vai significar que as companhias hoje protegidas por ações judiciais precisarão depositar no dia seguinte os quase R\$ 6 bilhões, o que seria inviável, segundo os envolvidos.

Ainda que muitas companhias tenham provisionado os montantes devidos, a disponibilidade dos recursos em caixa é baixa. "Cassar a liminar só adia o problema. Em vez de ter falta de pagamento por liminares, vamos ter inadimplência no mercado", disse o executivo.

A MP é ainda considerada essencial para a privatização da Eletrobras. "Sem o GSF resolvido, o governo não consegue privatizar a Eletrobras", disse o executivo. Isso porque a energia hoje em regime de cotas, protegida do GSF - que vai para o consumidor -, será descotizada, fazendo com que a companhia privatizada seja exposta ao problema.

O impasse com relação ao GSF e as liminares que travam o mercado de curto prazo preocupam também o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em última análise, explicou o diretor-geral do órgão, Luiz Eduardo Barata, alguns geradores podem se sentir desestimulados a produzir energia, porque não serão remunerados no mercado de curto prazo, afetando a oferta existente.

"Sobras de [energia de térmicas a] biomassa não geram porque vão ter que liquidar no mercado e o mercado não liquida. Então não vão gerar. A resposta da demanda vai liquidar no mercado. Se o mercado não liquida, é possível que alguém que pudesse oferecer [energia] não ofereça. Algumas térmicas precisam da liquidação do mercado de curto prazo para contratação de combustível. Manifestamos a opinião ao Ministério de Minas e Energia mostrando nossa

preocupação com o GSF. Pode no limite impactar a operação do sistema.", disse Barata.

A MP está pronta há quase dois meses, mas um impasse entre o **Ministério de Minas e Energia** e a equipe econômica do governo travou sua publicação. O texto prevê que fatores não considerados "riscos do gerador", como geração fora da ordem de mérito de termelétricas e atraso na conexão de projetos, sejam expurgados do GSF de forma retroativa até 2013, e permanentemente a partir de agora. Há um entendimento de que esses custos não deveriam estar na conta das hidrelétricas desde o princípio.

No entanto, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) não pode abrir mão do recebimento dos créditos dos geradores protegidos por liminares, que já se aproximam de R\$ 6 bilhões. Em troca de acordo para que todos paguem os montantes devidos, a MP prevê que os valores expurgados sejam transformados em extensão das suas concessões, em no máximo 15 anos.

A equipe econômica do governo contestou as extensões de concessões, por considerar que estaria abrindo mão da cobrança de potenciais outorgas. Essa discussão foi superada, mas a iminência da decisão do STF sobre a liminar da Abragel seguiu novamente a publicação da MP. "A utilização dessa decisão em outras disputas coloca em risco as demais liminares e poderá levar a um colapso no setor com a insolvência de vários geradores", disse Sattamini. "O MRE [Mecanismo de Realocação de Energia, espécie de "condomínio" das hidrelétricas] tem sido o pára-raio do setor e onde o ônus das decisões erradas do passado e dos problemas existentes ainda causam estragos", completou.

O grupo Electra Energy, especializado em geração, comercialização e consultoria na área de energia, ainda prevê que a MP sobre a repactuação do risco hidrológico seja publicada neste ano. A conclusão do processo, porém, deve ficar para 2018. "A expectativa é que a solução para o risco hidrológico seja apresentada ainda neste ano, com a publicação de uma MP com proposta de repactuação. Mas, como haverá um prazo para adesão dos geradores, a conclusão do processo deve se dar apenas em 2018", disse Leonardo Salvi, diretor da Electra Energy.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Projeto da Eletrobras está na reta final, afirma Moreira

O projeto de lei que autoriza a privatização da Eletrobras está na reta final de análise final pela Casa Civil e pode ser enviado ao Congresso Nacional até amanhã, afirmou ontem o ministro da Secretaria-Geral, Moreira Franco.

Questionado sobre a data de envio do projeto ao Congresso Nacional, ele procurou não se prender a datas: "A decisão política está tomada. Vamos trabalhar para [ser] o mais breve possível. Se a análise ficar pronta, mandamos [esta semana]".

Moreira enfatizou que, apesar da demora em enviar o projeto, não há nenhum recuo do governo na intenção de privatizar a Eletrobras. De acordo com ele, o texto já foi assinado por três ministros: **Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)**, Henrique Meirelles (Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento). Ele disse ainda que a medida provisória sobre o risco hidrológico também consta da pauta neste final de ano.

Para o ministro, a característica do atual governo é de dialogar com o Congresso Nacional. Por isso, segundo ele, a resistência das bancadas do Nordeste e de Minas Gerais à privatização da Eletrobras não assusta. "O Parlamento é lugar para negociar e buscar soluções. Acreditamos na capacidade de convencimento", comentou Moreira, mencionando como exemplo os esforços para a reforma da Previdência.

Em balanço das atividades do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o ministro exaltou a melhoria do ambiente de negócios e o sucesso dos últimos leilões. Em 2018, a previsão do governo é destravar investimentos de R\$ 132,7 bilhões com a concessão ou privatização de 75 projetos na área de infraestrutura.

A grande maioria (55) está no setor de transportes: 13 concessões de aeroportos, 14 arrendamentos portuários, quatro rodovias e três ferrovias. Estão previstas ainda as privatizações de seis distribuidoras de energia da Eletrobras, além da própria holding, e da Casa da Moeda. A concessão da Lotex faz parte do cardápio.

"Estamos recuperando a tradição de segurança jurídica", afirmou o ministro. "Nas áreas onde tivemos mudanças [regulatórias], houve sucesso", acrescentou. Uma ilustração disso, segundo ele, foi o leilão de quatro aeroportos em março deste ano. Em vez de consórcios liderados por empreiteiras, apareceram grandes operadoras internacionais.

Na avaliação do Moreira, o grande destaque em 2018 serão as concessões de ferrovias.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: State Grid antecipa linha de Belo Monte**

Com três meses de antecipação, a chinesa State Grid e a Eletrobras inauguram hoje a maior linha de transmissão em operação do país, em distância e tensão. O primeiro linha de Belo Monte, como é conhecido, de 2.092 quilômetros de extensão e tensão de 800 quilovolts (kV), fará o escoamento da energia da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), para a região Sudeste. Com investimentos de R\$ 5 bilhões, a linha cruza 70 municípios nos Estados do Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais, chegando ao seu ponto final no Norte de São Paulo.

Diferentemente do que ocorre, em geral, com empreendimentos de infraestrutura de grande porte do país, a Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE), consórcio formado por State Grid (51%), Eletronorte (24,5%) e Furnas (24,5%) responsável pela obra, conseguiu agilizar o licenciamento ambiental do projeto, por meio de um trabalho próximo ao Ibama. "Obtivemos LP [licença prévia] com prazo reduzido em relação ao prazo legal", disse Newton Zerbini, diretor de Meio Ambiente da BMTE. Com relação à licença de instalação, a empresa negociou com o Ibama licenças separadas por partes do linha, para não afetar o cronograma do projeto.

Do investimento total, o empreendimento contou com financiamento de R\$ 1,7 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e mais R\$ 580 milhões de uma emissão de debêntures de infraestrutura, além de dois empréstimos-ponte. O consórcio receberá mensalmente R\$ 55 milhões de receita pela operação da linha.

Segundo o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, a antecipação da operação do linha de Belo Monte, permitirá o fornecimento de 4 mil megawatts (MW) de energia da hidrelétrica a partir de janeiro de 2018. Hoje a usina está produzindo cerca de 1 mil MW. "Isso [antecipação] vai viabilizar o escoamento de toda a potência [disponível] de Belo Monte [atualmente]", disse Barata.

O consórcio arrematou a concessão do empreendimento em leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em fevereiro de 2014. A linha, em corrente contínua e a primeira do país com tecnologia de ultra-alta tensão, que permite a transmissão de grandes blocos de energia com baixo índice de perdas elétricas, entrou em operação comercial na última semana. Ao todo são 3.803 torres de transmissão. E a obra chegou a ter 10 mil funcionários.

A State Grid também é responsável pelo segundo linhão de Belo Monte, com 100% de participação. O cronograma oficial prevê o início de operação da linha no fim de 2019, mas a companhia pretende antecipar a energização do projeto para o início daquele ano.

Havia expectativa no setor que a companhia chinesa também vencesse os lotes próximos às obras de Belo Monte, no último leilão de transmissão da Aneel, na sexta-feira. Os lances oferecidos pelo grupo, porém, foram insuficientes para arrematar as concessões, devido à forte competitividade do certame.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha e Camila Maia | De São Paulo

Título: Leilão inclui gás do pré-sal e retoma presença de eólicas

O fim de ano repleto de leilões de energia gerou ontem mais um resultado positivo para o setor, com o fortalecimento da fonte eólica e a entrada de gás natural extraído do pré-sal na geração das termelétricas.

Dos 2,93 gigawatts (GW) médios contratados no leilão A-6, 1,97 GW foram de termelétricas alimentadas a gás natural, em dois projetos específicos localizados no Estado do Rio de Janeiro, Vale Azul II e GNA Porto de Açu III.

Com início de suprimento previsto para 2023, Vale Azul, que tem a Shell como um dos acionistas, deve utilizar o gás do pré-sal desde o começo das operações, o que empolgou o governo.

"Isso é muito bacana dentro da estratégia de suprimento de gás local e sem riscos de importação para o país", disse Luiz Barroso, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em conversa com o **Valor**.

Além de conseguir utilizar uma fonte nova de gás na operação, Barroso destacou o custo variável unitário (CVU) de R\$ 85 por megawatt-hora (MWh) em Vale Azul, o que permitiria a inclusão da usina na base geração de energia elétrica. O projeto tem projeção de investimento de R\$ 1,22 bilhão e garantia física de 420,9 MW médios.

Já a operação da termelétrica do Porto de Açu faz parte de um projeto conduzido pela Prumo Logística. A Gás Natural Açu (GNA) foi desenvolvida a partir de parcerias com Siemens e BP, depois de a Prumo adquirir os projetos do grupo Bolognesi.

A usina foi a maior vencedora individual em garantia física, com 1,55 GW médio - mais da metade do total contratado -, e investimentos previstos de R\$ 3,4 bilhões. O CVU é de R\$ 167/MWh.

"O que vemos são os investidores internacionais olhando para térmicas a gás natural de forma positiva, porque é visto como uma fonte mais limpa. E com a entrada de estrangeiros também na distribuição de gás, que passa a ser de novo um setor quente", afirma Marcos Ganut, da consultoria Alvarez & Marsal.

Outra fonte vitoriosa foi a energia eólica, que registrou o maior deságio em relação ao preço teto estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O desconto foi de 64,3%, com as contratações registrando um preço médio de R\$ 98,62/MWh.

Foram 49 projetos eólicos contratados, com garantia física de 773,6 MW médios e potência de 1.386,6 MW. O investimento projetado é de R\$ 8 bilhões.

Em comunicado, a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica) lembrou que as negociações dos leilões A-4 e A-6 realizadas essa semana representam uma retomada do setor, que ficou dois anos sem contratações, e que é superior ao total viabilizado nos três leilões realizados em 2015.

A maior contratada foi a italiana Enel Green Power, com 21 empreendimentos divididos em três projetos, sendo um parque novo no Piauí, com potência de 510 MW, outro na Bahia (78 MW), além da extensão de 30 MW do parque eólico Delfina, também em território baiano.

Além da Enel, outros nomes importantes do setor foram contemplados no leilão, como Neoenergia, EDP Renováveis e Ômega.

Ganut lembra que o preço baixo também é resultado de uma significativa oferta de equipamento para geração. "O tamanho da matriz eólica cresceu nos últimos anos e trouxe fornecedores para o Brasil, o que levou à oportunidade de melhores preços".

Incluindo as fontes hídricas e térmicas de biomassa às contratações eólicas e à gás natural, o preço médio ficou em R\$ 189,45/MWh. Apenas as termelétricas à carvão ficaram de fora do leilão.

Para o presidente da EPE, os valores praticados no leilão A-6 de energia aproximam o Brasil do nível dos preços praticados no exterior, de cerca de US\$ 40/MWh.

Segundo Reive dos Santos, diretor da Aneel, os resultados dos leilões de geração ontem e segunda e de transmissão na sexta-feira refletem as políticas e

o planejamento adotados para o setor elétrico. "Estamos acompanhando com os agentes as questões regulatórias e conseguimos chegar num ponto ótimo no sentido de riscos e de rendimento", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Plano de negócios da Petrobras deve manter diretrizes

A Petrobras vai divulgar hoje o plano de negócios 2018-2022 sem grandes mudanças nas diretrizes definidas no plano 2017-2021, que prevê aportes de US\$ 74,1 bilhões. No entanto, sinalizações dadas por executivos da estatal indicam que a revisão deve trazer pequenos ajustes na curva de produção, novidades no programa de parcerias e venda de ativos na área de refino e uma atenção maior à transição para uma economia de baixo carbono, com foco no gás natural.

Em novembro, o presidente Pedro Parente adiantou que o mercado não deveria esperar uma "revisão radical" do plano. Esta semana, o diretor de assuntos corporativos da petroleira, Hugo Repsold Júnior, reforçou o discurso.

"Conceitualmente, vamos persistir [com a estratégia do plano de negócios 2017-2021]. A empresa quer perseverar e entregar os resultados. É olhar um ano para frente e seguir melhorando os nossos indicadores de dívida e segurança", disse o executivo, na segunda-feira, em evento no Rio.

O atual plano de negócios trabalha com duas grandes métricas: a redução dos indicadores de acidentados no trabalho e a desalavancagem. A meta da empresa é reduzir a relação dívida líquida/Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) para 2,5 vezes em 2018, ante o patamar de 3,16 vezes registrado ao fim do terceiro trimestre.

O próprio Parente já disse anteriormente que vê espaço para intensificar seu processo de desalavancagem nos próximos anos, ao afirmar que, na sua avaliação, uma empresa saudável, no Brasil, deveria ter uma alavancagem, medida pela dívida líquida/Ebitda, próxima de 1,5 vez. Embora a companhia tenha conseguido reduzir em 12% seu endividamento líquido em um ano, desde o terceiro trimestre de 2016, os patamares de dívida ainda são altos: US\$ 88,1 bilhões ao fim de setembro.

Em linhas gerais, o novo plano de negócios, deve trazer também pequenos ajustes na curva de produção, com a postergação de alguns projetos. A companhia já confirmou que o projeto piloto de Libra (Mero) foi adiado de 2020

para 2021, devido a atrasos na contratação da plataforma - diante das discussões sobre a regulamentação do 'waiver' [pedido de isenção dos compromissos de conteúdo local] e dos processos judiciais contra a contratação da embarcação no exterior.

A expectativa é que o cronograma de outros projetos, como Sépia (previsto inicialmente para 2020) e a segunda plataforma de Libra (2021), também sejam postergados. Assim, crescem as chances de um possível ajuste na meta de produção da companhia, de 2,77 milhões de barris diários de petróleo, no Brasil, em 2021.

Outra sinalização importante dada por Parente, nos últimos meses, foi o interesse da empresa de apostar em iniciativas na área da "economia de baixo carbono" e fortalecer sua produção de gás natural. Em outubro, ao comentar a parceria estratégica com a britânica BP, o executivo disse que o acordo envolvia um "interesse muito grande" na área de gás e que a parceria poderia incluir eventuais trocas de ativos.

Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires destaca que a produção da empresa hoje é muito concentrada em petróleo, enquanto as principais petroleiras do mundo se direcionam cada vez mais para um mix de produção mais equilibrado entre óleo e gás.

"A Petrobras tem o desafio de melhorar um pouco a sua relação óleo e gás", disse o consultor, que aposta na manutenção ou pequena redução nos patamares de investimentos previstos pela estatal para os próximos anos.

Outra novidade aguardada com atenção pelo mercado, ainda para este ano, é a definição da modelagem do programa de parcerias e venda de ativos da companhia na área de refino e abastecimento.

MME / ASCOM .